

Autoritarismo e mobilização on-line: Polarização, Radicalização, Normalização

*Authoritarianism and Online Mobilization: Polarization,
Radicalization, and Normalization*

*Autoritarismo y movilización on-line: polarización, radicalización,
normalización*

Afonso de ALBUQUERQUE¹
Marcelo ALVES²
Liriam SPONHOLZ³

Por décadas, a literatura acadêmica lidou com o autoritarismo como um resquício do passado. Para os países da Europa Ocidental e países ocidentais anglófonos como os Estados Unidos, Reino Unido e outros, a ameaça do autoritarismo parecia estar inteiramente superada. Esses países seriam democracias consolidadas. Para outros países, riscos autoritários estariam presentes, mas de modo residual. No geral, esses países estariam em um processo de transição, rumo à superação do autoritarismo. Claro, haveria países nos quais o autoritarismo ainda seria o modo dominante. Contudo, no quadro geral, havia uma percepção generalizada de que o autoritarismo estaria em vias de ser superado, ainda que não com o mesmo ritmo e a mesma intensidade em toda parte.

Tais expectativas otimistas sofreram um forte abalo a partir de meados da década passada. Desde então, o espectro do autoritarismo tem assombrado não apenas as chamadas democracias transicionais (agora renomeadas democracias “frágeis”), mas também aquelas que se supunham consolidadas. De fato, o maior choque veio justamente do país que, para todos os fins, oferecia o mais acabado modelo de

¹ Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da UFF e do PPGCOM/UFF. E-mail: afonsoalbuquerque@id.uff.br. ORCID: 0000-0002-2608-7605

² Professor do Departamento de Comunicação da PUC-Rio. E-mail: marcelo_alves@puc-rio.br. ORCID: 0000-0003-2988-9651

³ Professora visitante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e pesquisadora associada do Centro de Pesquisa sobre Integração e Migração de Berlim (DeZIM-Institut). E-mail: liriam.sponholz@unb.br. ORCID: 0000-0001-7875-4273



democracia no mundo: os Estados Unidos. O ápice deste processo foi a ascensão de Donald Trump – um azarão, com perfil político sumamente anti-institucional – à presidência do país, seu governo caótico e, sobretudo, o ataque ao Capitólio promovido por seus simpatizantes após a sua derrota, que muitos viram como uma tentativa de golpe de estado. Políticos de extrema-direita têm obtido votação significativa em diversos países da Europa Ocidental e chegaram até mesmo a se tornarem líderes de governo em países como a Itália.

Naturalmente, o Brasil não escapou incólume a essa experiência. A surpreendente ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência, na esteira de uma crise institucional que levou ao (polêmico) afastamento da presidenta Dilma Rousseff, após um processo de *impeachment* no Congresso Nacional e à prisão (marcada por inúmeras irregularidades) do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o demonstra muito bem. Seu governo, caótico e caracterizado por todo o tipo de bravatas feitas pelo presidente e seus apoiadores, além de ameaças explícitas e diretas contra as instituições democráticas, representou um caso extremo de crise da democracia em escala global. Contudo, o Brasil conseguiu resistir a um mergulho autoritário mais profundo, ao evitar a reeleição de Jair Bolsonaro. O caso brasileiro é, sob alguns aspectos, ímpar no cenário global e, por isto, oferece oportunidades únicas para se considerar o fenômeno recente da “virada autoritária” da política.

O dossiê “Autoritarismo e mobilização online: Polarização, Radicalização, Normalização” reúne um conjunto de artigos que apresentam contribuições valiosas para compreender diferentes aspectos do cenário político atual. Ele se insere dentro da proposta do INCT-DSI (Disputas e Soberanias Informacionais), ao qual estão vinculados os editores do volume, de fomentar perspectivas nacionais sobre os aspectos comunicacionais da crise da democracia, em diálogo com a literatura estrangeira.

O texto que abre o dossiê é “Das margens ao centro: a normalização sem vergonha”, de Ruth Wodak. A autora tem uma vasta e muito influente obra, na qual se destaca uma consistente pesquisa sobre a extrema-direita. Não obstante a enorme influência que Wodak tem exercido no debate internacional sobre o tema, sua obra ainda é pouco conhecida dos brasileiros. Tendo em vista especialmente o caso da Áustria, ela argumenta que agendas defendidas pela extrema-direita que até recentemente eram consideradas tabus na política do país passaram a ser normalizadas e se tornaram endossadas por setores da direita *mainstream* do país.



Os dois artigos seguintes exploram, sob ângulos analíticos e abordagens metodológicas distintas, características dos grupos conservadores que atuaram junto a Jair Bolsonaro no processo de desestabilização da política brasileira. Escrito por Bruno Mattos, Débora Salles e Rose Marie Santini, “Deus, Pátria, Família e Liberdade” explora as características do ecossistema conservador evangélico digital. O texto analisa o modo como esse ecossistema se constitui a partir da análise de hiperlinks. O texto também explora diferentes tropos presentes nas narrativas veiculadas nesse universo: a defesa dos valores familiares cristãos, a ideia de que o cristianismo constitui uma barreira contra a expansão do comunismo, a noção de que os evangélicos constituem uma minoria oprimida no país e a decisão de manter as igrejas abertas durante a pandemia, contrariando as diretrizes sanitárias então vigentes em nome da defesa das liberdades individuais.

O outro artigo, “Catolicismo e política na era digital” explora as características dos apoiadores católicos de Jair Bolsonaro. Embora tenha raízes muito profundas no Brasil, como regra geral, o conservadorismo católico tem sido deixado em segundo plano nas análises. Escrito por Melina Meimaridis e Manoela Mayrink, o texto foca no *youtuber* católico Bernardo Kuster – um discípulo do “guru” Olavo de Carvalho – e, em especial, sua cruzada contra a Teologia da Libertação. O texto explora como o conservadorismo católico atualizou noções anteriormente elaboradas por movimentos como o integralismo e a TFP (Tradição, Família e Propriedade) para as linguagens e técnicas comunicativas próprias das mídias sociais.

O quarto artigo do dossiê tem como foco a Brasil Paralelo, uma produtora audiovisual originária do ambiente extremista de direita. Escrito por Caio Dayrell Santos, Andressa Michelotti e Ricardo Fabrino Mendonça, o artigo dedica uma atenção especial ao documentário “Cortina de Fumaça”, produzido e veiculado pela Brasil Paralelo, entendido como uma peça de promoção do negacionismo climático. Os autores argumentam que, mais do que simplesmente disseminar desinformação, o documentário apresenta um argumento pautado em uma lógica colonial, que faz do extrativismo um sinônimo de “desenvolvimento”.

Os dois artigos seguintes exploram questões relativas ao discurso de ódio. “O discurso e a narrativa discriminatória de Jair Bolsonaro”, de Edson D’Almonte e George de Araújo e Silva, aborda as manifestações homofóbicas de Jair Bolsonaro no Twitter, durante as campanhas presidenciais de 2018 e 2022 e durante o seu governo. O texto explora como o tratamento amplamente negativo dado por Bolsonaro à pauta



LGBTQIA+ esteve acoplada a uma agenda mais ampla de “guerra cultural”, nos termos da qual, a construção de um pânico moral esteve a reboque de uma agenda conservadora baseada no trinômio (originalmente fascista) “Deus, Pátria e Família”.

O próximo texto, “Tem uma hora em que você tem que puxar o gatilho!”, de Rosângela Fernandes e Paulo Malerba, examina o papel que programas do rádio e da televisão têm desempenhado como veiculadores de discursos de ódio, dessa vez orientado com um viés de classe. De modo particular, os autores analisam dois programas – “Os Pingos nos Is”, transmitido pela Jovem Pan e “Alerta Nacional”, veiculado pela Rede Record – cujos discursos se caracterizam por promover um populismo penal midiático. Os autores concluem que esses programas veiculam um discurso de “justiça pelas próprias mãos”, inteiramente incompatível com a ordem constitucional.

Escrito por Daniela Ramos, Pablo Almada, Natascha Pereira e Marcos Cezar Álvarez, o último artigo do dossiê, “Monitoramento das eleições brasileiras de 2022” explora o papel que as *affordances* de diferentes plataformas de mídias sociais atuam como agentes de campanhas políticas e, em especial, na promoção de conteúdo conservador. De modo especial, os autores investigam as *affordances* do Youtube, Instagram, TikTok, Facebook e Twitter/X e seu impacto nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil. Desse modo, buscam ampliar e diversificar o debate sobre o modo como as características sociotécnicas das plataformas digitais co-constituem o fenômeno da extrema direita.

Por fim, este dossiê se completa com uma entrevista inédita do cientista político e professor da Universidade de Georgia, Cas Mudde, publicada na Seção Entrevista desta edição. O pesquisador é um dos mais citados nos Estados Unidos e se tornou uma referência internacional nos estudos sobre populismo. Na entrevista, conduzida por Liriam Sponholz e Özgür Özvatan, Mudde critica o conceito de populismo e explica a tese do seu livro “The far right today” (traduzido em português como “A extrema direita hoje” e publicado pela Eduerj em 2022), segundo a qual o foco deve estar na ultradireita, um conceito que abrange tanto a chamada direita radical ou populista e a extrema direita. O cientista político também alerta: O maior perigo para a democracia liberal não é a ultradireita, e sim a direita *mainstream*, porque é ela que decide se a ultradireita chega ao poder ou não.

Dando relativa complementaridade às discussões trazidas pelo dossiê, a Seção Livre inicia com o artigo “O consumo simbólico da desinformação ancorada na



credibilidade jornalística: análise de elementos de legitimação do discurso nas Eleições de 2022”, de Eliza Bachega Casadei e Liliane de Lucena Ito. Através de inúmeros exemplos levantados em meio a uma investigação centrada no Twitter (atual X) e Telegram, tendo como pano de fundo as eleições para presidente do país ocorridas em 2022, as pesquisadoras chegam a seis estratégias discursivas que podem conferir credibilidade aos conteúdos enganosos. Assim, entre outras conclusões, ponderam que é preciso encarar as mensagens desinformadoras como realmente são, isto é, como parte de uma ação coordenada de comunicação que visa um objetivo muito bem definido, e que se vale de processos aparentemente pertinentes e legitimados pelo campo comunicacional, o que precisa sempre ser problematizado, desmascarado.

Também focado em um processo eleitoral a partir de material coletado no Twitter, o texto seguinte, de Sérgio Ferreira, discute a importância da dimensão racial e étnica no âmbito do debate político-eleitoral. No artigo, intitulado “Afroconveniente... A autodeclaração racial na campanha eleitoral de 2022: uma análise das publicações no Twitter sobre a controvérsia de ACM Neto na Bahia”, o autor recupera o debate gerado nesta rede social pela afirmação do então candidato ao governo da Bahia, quanto a ser “pardo. A análise busca demarcar como as discussões ocorreram nesta rede social e como elas traduzem as questões identitárias no Brasil atual. Com este percurso, o artigo não só mostra o debate gerado, mas também como este foi percebido nas redes sociais, identificando os principais temas a ele relacionados.

O próximo texto, “Un análisis de las imágenes del yo en la pronunciación presidencial de Jair Messias Bolsonaro: un (im)probable presidente de Brasil”, de Thiago Barbosa Soares, traz uma contribuição importante para a área da análise do discurso nas mídias. A partir do pronunciamento do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o pesquisador se empenha em compreender os efeitos de sentido que partem de seu discurso. Entre outras estratégias, segundo Soares, tais efeitos são resultantes da mobilização de certos recursos linguísticos que têm como meta a formação de um *ethos* que cria uma imagem estável de si. Ainda que trabalhados de maneira muitas vezes antagônica, esses recursos refletem um sujeito construído em certos valores ligados ao moralismo e à religiosidade, acionando táticas argumentativas capazes de mobilizar afetivamente parte da população que corresponde com votos.



Fechando a Seção Livre, os dois últimos artigos deslocam o foco da política representativa para discutir duas temáticas que têm se destacado no cenário midiático atual: a presença feminina no jornalismo esportivo pelos mais diversos viéses, e o conformação do podcast como mídia sonora. Quanto à primeira questão, o artigo escrito por Tarcyanie Cajueiro Santos, Georgia de Mattos, Felipe Tavares Paes Lopes e Murilo Aranha Guimarães Marcello, intitulado “Gênero feminino, corpo e sexualidade no esporte: os uniformes das atletas nas Olimpíadas de Tóquio”, traz um recorte que é sempre (re)pensado: a questão da representação dos corpos na mídia. Aqui, Santos e seus colegas têm a preocupação de demonstrar como os uniformes femininos são utilizados como um elemento da reprodução do sexismo dentro do jornalismo esportivo, ainda que se perceba avanços na área. O grande problema é que “os uniformes das atletas utilizados nos Jogos Olímpicos acabaram por reforçar uma estética de feminilidade e de sexualização/objetificação do corpo” das esportistas do sexo feminino, conforme é apontado pela autoria do trabalho.

Na sequência, o texto de Daniel Gambaro e Nivaldo Ferraz, “O podcast de audiodrama em resposta à nova demanda por escuta imersiva”, que fecha essa Seção, procura mostrar como as produções ficcionais no meio sonoro vivenciam um novo momento, sendo influenciadas pelas formas narrativas seriadas complexas dos audiovisuais. Com esse diagnóstico tensionam a lógica de que essas novas produções sonoras de fato emergem da tradição radiofônica. Para promover a discussão, os autores recuperam diversos pesquisadores que têm debatido as linguagens e formatos dos podcasts e analisam, pontualmente, uma dessas produções: *Homecoming*. Seguindo por essas trilhas, Gambaro e Ferraz concluem que é preciso compreender que os podcasts têm características próprias originadas muito mais das experiências sonoras e com vínculo praticamente nulo em relação ao que se produzia no rádio.

Finalmente, para encerrar essa edição, temos ainda a Seção Entrevista e Resenha. Na primeira, além da entrevista com Cas Mudde, já citada, que integra o Dossiê Temático, também temos a entrevista realizada por Sebastião Guilherme Albano com a artista paraguaia Paz Encina. Nela, Encina aborda os quatro longas-metragens que produziu até 2023, destacando como suas posições políticas se entrelaçam a uma poética que se nutre da memória e de um olhar que esquadrinha a gramática da democracia latino-americana, reverberando, ainda, nas suas escolhas estéticas e estilísticas. Já a Seção Resenha traz o olhar e análise de Mário Jorge de Paiva sobre o livro “Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico”, de João



Cezar de Castro Rocha. De acordo com o autor da resenha, a obra, que é formada por alguns ensaios e entrevistas, é parte de uma trilogia e, por isso mesmo, ainda incompleta. No entanto, a clareza das posições de Paiva, bem como a contundência das suas hipóteses e análises, torna o livro uma contribuição interessante, mesmo o autor podendo ter estabelecido mais interlocuções.

E assim concluímos essa primeira edição de 2024 da Revista Mídia e Cotidiano com a expectativa não só de uma ótima leitura, mas também de contribuição substantiva às pesquisas da nossa área, que são sempre abertas aos diálogos inter e transdisciplinares.

Afonso de Albuquerque, Marcelo Alves e Liriam Sponholz (Ed. Seção Temática)
Adriana Barsotti, Denise Tavares, Larissa Morais e Pedro H. dos Santos (Ed. da Seção Livre)

Referências

ALBORNOZ, Luis A. “Garantizar la diversidad de las voces en los medios de comunicación”, en UNESCO (ed.) *Re/Pensar las políticas para la creatividad - 2022*, París, UNESCO, 2002.

BECERRA, Martín y MASTRINI, Guillermo. “Concentración y convergencia de medios en América Latina”, *Communiquer: revue de communication sociale et publique*, 2017, 20, p. 104–120. DOI: <https://doi.org/10.4000/communiquer.2277>

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

RSF (Reporteros Sin Fronteras). 2019. “¿Quién controla los medios en América Latina?” <https://rsf.org/es/noticias/medios-de-comunicacion-en-america-latina-bajo-control-de-familias-elites-economicas-y-politicas>.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.